

EDITORIAL

A Revista *Desenvolvimento Regional em debate*, Volume 4, Número 2, como última edição de 2014, cumpre com a meta de publicar artigos de autores brasileiros e estrangeiros, procurando manter a qualidade científica, com vistas à melhora constante da qualificação do periódico. Apresenta dez artigos, quatro de pesquisadores de outros países, dois de Portugal, um da Argentina e um da Espanha e seis do Brasil, três de Santa Catarina, dois do Ceará e um do Rio Grande do Sul.

É possível agrupar os artigos da edição em entorno de quatro temas conexos: governança, instituições, associativismo territorial e desenvolvimento. Complementarmente, as experiências de Indicação Geográfica se inserem no tema central da edição, como estratégia de articulação territorial. Logo se trata de práticas de governança, com vistas ao desenvolvimento regional. Portanto, esta é a perspectiva temática da presente edição.

Iniciamos a edição com o artigo *Governança territorial multinível em Portugal: fratura(s) entre teoria e prática(s)*. Nele a autora afirma que o sistema de governança territorial multinível constitui um desafio das sociedades contemporâneas, propondo-se a apontar os méritos da governança multinível e das redes de atores, analisar as dificuldades de operacionalização, por déficit de coordenação, cooperação e colaboração entre atores e ilustrar limitações da sua aplicação, tomando como exemplo a estrutura de poder do Estado português. Na sua conclusão a autora afirma que a governança multinível constitui um reforço da democracia, mas no caso português, esta condição parece não estar assegurada. Desafios assemelhados estão postos para todas as experiências de associativismo territorial, relatadas pelos demais artigos desta edição.

O segundo artigo, *Desenvolvimento, instituições e mercados agroalimentares: os usos das Indicações Geográficas*, traz reflexões relacionáveis aos demais artigos. Inicia pela afirmação de que o papel das instituições e da mudança institucional para o desenvolvimento tem recebido atenção renovada de distintas vertentes teóricas e de diversos campos de investigação, dando destaque aos estudos sobre mercados agroalimentares, a chamada “virada para a qualidade”, em especial, sobre as Indicações Geográficas (IG). Para o autor, os processos de estruturação de uma IG, mais do que reconhecerem uma qualidade associada à origem geográfica, envolvem mudanças institucionais. Tais processos, por envolverem atores diferenciados, o Estado, a sociedade civil e o Mercado, também se constituem em práticas de governança territorial.

Os demais artigos da edição, direta ou indiretamente, analisam e aprofundam os temas governança, instituições, associativismo territorial e desenvolvimento. Os primeiros três, enfatizam experiências de associativismo territorial, como potencialidades de Indicação Geográfica e seus possíveis impactos no desenvolvimento dos territórios atingidos. Nos outros cinco artigos, três deles abordam experiências de organização para o desenvolvimento (local, regional, territorial) focando questões de ordem geral e os últimos dois artigos abordam a questão urbana.

Dos artigos que tratam sobre IG, o primeiro - *Indicação Geográfica da erva mate no Território do Contestado: reflexões e projeções* - os autores chamam a atenção para o fato de que o debate sobre o tema precisa ser contextualizado entre os esforços que os atores territoriais realizam em relação a definição de seu futuro, a fim de que tal estratégia de articulação territorial seja considerada um meio e não um fim em si mesmo. Toma como referência, estudos que estão sendo realizados sobre a realidade socioeconômica do oeste e norte catarinense e centro-sul e oeste do Paraná, onde o produto que se destaca como característico é a erva mate. No segundo artigo - *Desafios para o associativismo de base territorial: o caso do projeto Tranças da Terra* -, os autores partem do entendimento de que o associativismo consiste em importante estratégia para o desenvolvimento sustentável. Propõe-se aprofundar a compreensão sobre as potencialidades e limites de estratégias de especificação de ativos territoriais como alternativa de desenvolvimento, referindo-se a uma experiência de artesanato do meio oeste catarinense. Também com a proposta de apresentar potencialidades de desenvolvimento com base em produtos com especificidade territorial, no terceiro artigo, intitulado *A contribuição do Queijo Artesanal Serrano para o Desenvolvimento Regional e preservação dos campos de altitude do sul do Brasil*, os autores apresentam uma experiência das regiões de altitude, em territórios catarinense e rio-grandense. Trata-se dos resultados de pesquisas, apontando as potencialidades, limitações e desafios para o desenvolvimento regional, por meio da valorização do produto, capacitação de produtores e legalização, com vistas à concessão de uma IG.

Na sequência, no artigo *Papel das associações de desenvolvimento local e regional, como estrutura organizacional e funcional inovadora de gestão no desenvolvimento local*, o autor apresenta a experiência portuguesa do Alentejo, refletindo sobre o papel das Associações de Desenvolvimento Local em Portugal. Já no artigo *La gestión del conocimiento en el desarrollo territorial*, a autora trata de experiência de investigação-ação relacionada ao setor produtivo da erva mate e floresto-industrial, na Microrregião Norte de Misiones, na Argentina. Na exposição do artigo *Desarrollo regional, aguas subterráneas y cambios de uso del suelo*, o autor apresenta estudos realizados em Castilla-La Mancha, na Espanha, analisando impactos no desenvolvimento regional. Trata-se de exemplos de três países, que proporcionam reflexões sobre processos inovadores na gestão do desenvolvimento local e regional, os quais podem servir de referência para outros países, inclusive para o Brasil.

Por fim, dois artigos tratam de processos de articulação territorial focados na dimensão urbana. Em ambos os artigos, os autores abordam a realidade socioeconômica do Estado do Ceará, sendo o primeiro - *Regiões Metropolitanas do Ceará: dispersão produtiva e concentração de serviços* - com enfoque estadual e o segundo - *Reflexões sobre trama metropolitana no contexto da urbanização da Região do Cariri* - restrito a uma das regiões metropolitanas cearenses. Apesar da diferença de recorte territorial, os autores abordam os impactos dos novos arranjos federativos relacionados à gestão metropolitana, institucionalizados pela Constituição Federal de 1988 e fazem referência às formas de avanço do capital, que se reproduzem no espaço de forma desigual, criando novos desafios para a gestão metropolitana. Desafios semelhantes se apresentam no conjunto das demais regiões metropolitanas instituídas no Brasil, pós Constituição de 1988, conforme vimos em artigos aqui publicados anteriormente.

É o que disponibilizamos aos leitores nesta edição. A todos, desejamos uma boa leitura e nos colocamos a disposição para receber contribuições que aprofundem a temática do desenvolvimento regional.

Dr. Valdir Roque Dallabrida

Editor-Chefe da Revista DRd